

**CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)
DO
GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)
GAL COSTEIRO – LITORAL NORTE DA AMP**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de



- exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.
- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Costeiro – Litoral Norte da AMP foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020, neste ato representada por Rodrigo Manuel Ferreira Brum que outorga na qualidade de Gestor da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 8273/2015, de 29 de julho;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

E o,

Grupo de Ação Local Costeiro – Litoral Norte da AMP neste ato representado pela Área Metropolitana do Porto, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 502823305, com sede na Avenida dos Aliados nº 236-1º, 4000-065 Porto, neste ato representada por Lino Joaquim Ferreira na qualidade de Primeiro Secretário da Comissão Executiva Metropolitana;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com o GAL Litoral Norte da AMP, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 5.142.513 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Mar 2020 assegura um apoio de 3.142.513 euros do FEAMP, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 750.000 euros FEDER e de 1.250.000 euros FSE, que totalizam um montante de 2.000.000 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. O GAL Litoral Norte da AMP compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. O GAL Litoral Norte da AMP, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, o GAL Litoral Norte da AMP compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres do GAL Litoral Norte da AMP, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de

- articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
 3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação

Anexo 2: Território de intervenção

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Vila do Conde, em 15 de fevereiro de 2016

Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.

Gestor do Programa de Operacional do Mar 2020



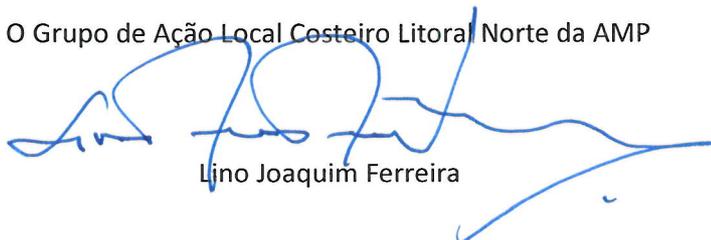
Rodrigo Manuel Ferreira Brum

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020



Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Costeiro Litoral Norte da AMP



Ljino Joaquim Ferreira




Anexo 1

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-059

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
Morada (Sede Social)	
AV DOS ALIADOS N° 236-1°	
Código Postal	Localidade
4000-065	PORTO
NUT III	NUT II
Área Metropolitana do Porto	Norte
Telefone	E-mail
223392020	slobao@amp.pt
Telefax	

222084099

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.amp.pt>

Associação de autarquias locais - Área Metropolitana

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Sara Margarida Lobão

Telefone Responsável

223392020

Cargo Responsável

Secretário Executivo

Telemóvel Responsável

919737535

Serviço/Departamento

Direção

Email Responsável

slobao@amp.pt

Email Alternativo

geral@amp.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A presente candidatura “DLBC Costeira Litoral Norte da AMP” visa responder ao Aviso nº 99-2015-02, de 16/06/2015, para a Seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL). A vertente desta candidatura é o DLBC Costeiro, incidindo em território de comunidades pesqueiras e costeiras.

A área costeira de intervenção está localizada no Norte de Portugal, em três municípios contínuos pertencentes à Área Metropolitana do Porto, nomeadamente Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim. O território da DLBC é composto por 12 freguesias litorâneas contínuas com relações funcionais entre si e com uma população de cerca 180 mil habitantes.

A AMP, a entidade gestora escolhida pelos membros da parceria, tem grande experiência na gestão e dinamização de projetos em parceria, envolvendo um grande número de entidades, tanto públicas como privadas, na promoção do desenvolvimento regional em áreas como a mobilidade, cultura e património, modernização administrativa, ambiente, inovação social, entre outros. Em matéria de experiência por parte da AMP, gostaríamos de destacar a gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento (PTD) no período 2007-2014, realizado no âmbito do Contrato de Delegação de Competências, celebrado com a Autoridade de Gestão do ON2. No âmbito desse contrato, foi determinada uma Subvenção Global para implementar e desenvolver o PTD elaborado pela AMP com um valor total de cerca 163 milhões de euros, este trabalho deu uma grande capacidade à AMP de assegurar com grande qualidade o secretariado técnico, uma vez que tem assegurado não só a capacidade financeira, mas também os meios materiais e humanos necessários a ser um órgão intermédio de gestão, com grande conhecimento da região e dos aspetos técnicos relacionados com a gestão dos projetos financiados por fundos comunitários.

Os parceiros deste DLBC são igualmente experientes na gestão e implementação de atividades, projetos e instrumentos de política de desenvolvimento local, ao abrigo dos anteriores quadros comunitários, em que foi demonstrada a capacidade das entidades públicas e privadas de desenvolverem parcerias em conjunto com resultados comprovados, orientados para a requalificação e revitalização de áreas problemáticas, através de soluções e ações inovadoras criando e promovendo sinergias com os agentes locais. Entre os vários projetos e programas implementados pelos parceiros deste DLBC, destacam-se:

- Projeto-piloto Urbano “Viagem à Rosa dos Ventos” em Vila do Conde, ao abrigo do FEDER, que teve como objetivo o desenvolvimento sustentado de zonas problemáticas urbanas, contemplando ações de requalificação ambiental e urbana da frente ribeirinha, bem como a valorização da tradição marítima. Este projeto envolveu uma parceria alargada de entidades locais e regionais, a saber: a Câmara Municipal, instituições de ensino superior e de I&D, fundações e associações.

- O Programa de Reabilitação Urbana das Caxinas/Poça da Barca (subprograma 9), em Vila do Conde, financiando no âmbito dos apoios decorrentes do QCA, através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, teve como finalidade a revitalização e a requalificação de áreas urbanas com carências físicas, económicas e sociais graves, através da animação e qualificação das microcentralidades identificadas, da inserção do território na cidade e de ações de concertação entre autoridades nacionais e locais e reforçando o papel das parcerias locais. Para a realização das diversas ações estabeleceram-se parcerias entre a Câmara Municipal, o Centro de Emprego, o Centro Social e Paroquial e várias associações locais e a gestão deste instrumento foi partilhada entre a Câmara Municipal e a ex-direcção Geral de Desenvolvimento Regional.

- A candidatura “Marginal Atlântica”, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte Eixo IV – Qualificação do Sistema Urbano, a Câmara Municipal de Matosinhos, a ADEIMA e ESAD integraram em parceria a candidatura ao projeto “Parceria para a Regeneração Urbana” para a Marginal Atlântica. Esta candidatura pretendeu implementar um programa de ação integrado de desenvolvimento urbano, para a regeneração da frente marítima do concelho, através de ações concertadas a diferentes níveis de atuação (qualificação do espaço público e do ambiente urbano, o desenvolvimento social, económico e cultural.).

- É ainda de referir que os parceiros deste DLBC têm já desenvolvido diversas atividades em conjunto em prol do desenvolvimento local, sendo exemplo disso a parceria entre a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e o Clube Naval Povense para a animação e fomento do turismo náutico e com a Associação de Nadadores Salvadores – os Delfins para garantir a vigilância e segurança nas praias e o projeto de colaboração entre a Câmara Municipal de Matosinhos e o CIIMAR, através do qual foi instalado o Centro de Monitorização e Informação Ambiental de Matosinhos.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
503203580	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MATOSINHOS - ADEIMA	05/06/1992	10/11/1995	88990	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
502823305	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO		01/09/1992	84130	Associação de autarquias locais - Área Metropolitana
501417419	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE VILA DO CONDE	25/07/1975	25/07/1975	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510447775	O PEIXE À MESA- ASSOCIAÇÃO DE RESTAURANTES DE MATOSINHOS	13/11/2008	06/02/2009	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501104216	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA PÓVOA DE VARZIM	24/08/1975	01/07/1998	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501071261	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO CONCELHO DE MATOSINHOS	22/08/1975	22/08/1975	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502362090	ASSOCIAÇÃO MUTUA DOS ARMADORES DE PESCA DE ANGEIRAS-MAPA	08/08/1989	08/04/1991	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501305912	MUNICÍPIO DE MATOSINHOS		01/01/1968	84113	Autarquias Locais
506741400	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM	09/03/1308	01/01/1526	84113	Autarquias Locais
505804786	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	01/10/1910	01/10/1910	84113	Associação de autarquias locais - Área Metropolitana
500086826	DOCAPESCA-PORTOS E LOTAS S.A.	10/01/1959	29/08/1966	03111	Sociedades Comerciais
513101284	ESAD IDEA - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO EM DESIGN E ARTE	20/05/2014	27/06/2014	72200	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500525757	FABRICA DE CONSERVAS A POVEIRA, S.A.	16/07/1938	11/12/1940	10203	Sociedades Comerciais

508590582	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR (FORMAR)	24/04/2008	24/04/2008	85591	Associações Públicas
500726477	MÚTUA DOS PESCADORES - MÚTUA DE SEGUROS, CRL	27/07/1942	27/07/1942	65120	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
506258513	Os Delfins - Associação de Nadadores e Salvadores da Póvoa de Varzim e Vila do Conde	25/10/2002	25/10/2002	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
501652337	PROPEIXE O.P.- COOPERATIVA DE PRODUTORES DE PEIXE DO NORTE, CRL	23/12/1985	23/12/1985	03111	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500239410	SAMUEL & FILHOS LDA	31/12/1970	01/01/1971	33150	Sociedades Comerciais
510838723	FREGUESIA DE PERAFITA, LAVRA E SANTA CRUZ DO BISPO	28/01/2013	18/10/2013	84113	Autarquias Locais
501082522	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	15/07/1971	01/06/1987	85420	Fundações Privadas
507847695	UPTEC - ASSOCIAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA ASPRELA	15/09/2006	27/09/2006	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
501084720	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE CONSERVAS DE PEIXE	31/10/1977	31/10/1977	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510837824	União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira	30/09/2013	30/09/2013	84113	Administração Local
501165371	Associação Humanitária de Matosinhos e Leça da Palmeira - Corpo de Bombeiros	06/02/1934	06/02/1934	75250	Associação sem fins lucrativos
501191313	Bombeiros Voluntários da Póvoa de Varzim	01/10/1877	01/01/2001	84250	Associação sem fins lucrativos
510575544	Associação de Apoio aos Profissionais da Pesca	01/01/2013	13/01/2013	94120	Associação empresarial sem fins lucrativos
502585781	Associação de Armadores de Pesca do Norte	11/11/1989	11/11/1989	94110	Associação sem fins lucrativos

506809072	Associação de Concessionários das Praias de Vila do Conde	22/01/2004	01/01/2015	94995	Associações e fundações privadas
501506160	Associação Desportiva Cultura e Recreativa das Caxinas e Poça da Barca	09/08/1977	29/07/2008	94995	Associações e fundações privadas
500896372	Associação Portuguesa de Paramiloidose	09/06/1979	09/06/1979	91333	Associações e fundações privadas
504215531	Associação Vila Chã Pesca	07/04/1998	07/04/1998	93192	Associações e fundações privadas
507115767	Barreto & Filhos, Lda.	26/05/2009	26/05/2009	30111	Empresa privada
510828159	Bind'Ó Peixe – Associação Cultural	31/10/2013	01/01/2014	94991	Associação empresarial sem fins lucrativos
508792657	CIIMAR – Universidade do Porto	29/02/2000	29/02/2000	72190	Associação empresarial sem fins lucrativos
506896854	Junta de Freguesia de Vila do Conde		28/02/2002	84113	Administração Local
501598758	Sicnave – Industria de Construção e Reparação Naval, Lda.	15/05/1985	16/05/1985	30111	Sociedades comerciais
500581622	União Construtora Naval, Lda.	01/01/1976	01/01/1976	33150	Empresa privada
501690425	Vila do Conde Kayak Clube	07/12/1982	01/01/1986	93192	Associação Desportiva
503173444	Associação de Concessionários das Praias de Póvoa de Varzim	18/04/1989		91333	Associações e fundações privadas
501092021	CLUBE NAVAL POVOENSE	11/01/1950	11/01/1950	94991	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501129499	Clube Fluvial Vilacondense	05/12/1905	05/12/1905	93120	Associações e fundações privadas
503525812	ASSOCIAÇÃO DOS CONCESSIONARIOS DE PRAIA E BARES DA ZONA NORTE	01/03/1995	08/11/2007	94110	Associações e fundações privadas
500226601	RAMIREZ & CA (FILHOS) S.A.	04/04/1940	22/07/1940	10203	Sociedades Comerciais
500201269	CONSERVAS PORTUGAL NORTE LDA	16/06/1932	16/06/1932	10203	Sociedades Comerciais

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana do Porto

Grupo Ação Local

Costeiro

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Área Metropolitana do Porto	Matosinhos	União das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira	8,34%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Matosinhos	União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	8,34%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Póvoa de Varzim	Estela	8,33%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Póvoa de Varzim	União das freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso	8,33%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Póvoa de Varzim	União das freguesias de Aguçadoura e Navais	8,33%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Póvoa de Varzim	União das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	8,34%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Vila do Conde	Árvore	8,33%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Vila do Conde	Azurara	8,33%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Vila do Conde	Labruge	8,33%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Vila do Conde	Mindelo	8,33%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Vila do Conde	Vila Chã	8,33%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Vila do Conde	Vila do Conde	8,34%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

No contexto da AMP e da Região Norte, as freguesias costeiras do norte da AMP são relativamente mais jovens e potencialmente mais ativas. Em termos territoriais as dinâmicas demográficas são diferenciadas ao longo do litoral, pois os índices de dependência e os ritmos de envelhecimento são heterogéneos. As freguesias localizadas mais a norte registam uma maior juventude face às do sul, mas em toda a área os índices de juventude estão em perda. Em termos de escolaridade da população, a situação não difere substancialmente do panorama metropolitano, apesar de, em termos médios, ser mais favorável no que respeita aos níveis de escolarização da população residente e ter conhecido uma evolução positiva na última década. Os valores do abandono escolar precoce têm de ser contrariados. As taxas de ensino superior estão abaixo da média da AMP. Em termos territoriais, existem elevadas disparidades internas ao nível do acesso e

dos níveis de educação, que exigem análises e intervenções mais finas, continuadas e contextualizadas. As condições de vida traduzem os meios através dos quais as populações se apropriam dos seus rendimentos e os utilizam na construção de um quadro de vida. Os alojamentos improvisados ou as barracas aparecem ainda como soluções de habitação no litoral, existindo também vulnerabilidades ao nível do estado de degradação do edificado. Nas áreas litorais mais urbanizadas, manifestam-se situações de emergência social (identificadas pelos profissionais que operam no terreno) ao nível da alimentação, habitação ou eletricidade. Também é possível identificar, um grande nº de pessoas em risco de pobreza e exclusão social. A AMP registou nos últimos anos perdas significativas de emprego e a destruição de empresas e as insolvências assumiram uma expressão significativa. As atividades económicas relacionadas com as pescas perdem ainda mais emprego e é onde a atividade empresarial ocorre com menos intensidade. Neste território costeiro, em 2011, residiam 12478 desempregados (não existe informação estatística por freguesias). Com um valor médio da taxa de desemprego semelhante ao verificado na AMP (superior ao País), o desemprego jovem, o desemprego de longa duração e o desemprego pouco escolarizado, assumem contornos relevantes.

Em termos de atividades económicas este território tem grandes potencialidades, pela localização de recursos que concentra (portos e infraestruturas viárias) e pela centralidade urbana que polariza. O sistema marítimo-portuário tem neste território particular impacto já que, para além de constituir uma das principais “portas” de entrada na Península Ibérica e na Europa, é um facilitador do dinamismo e da competitividade económica. O porto de Leixões, localizado em Matosinhos, é a maior infraestrutura portuária do Norte de Portugal e no contexto nacional é o 2º porto com maior volume de mercadoria/carga movimentada e o maior porto a nível de contentores movimentados e de número de navios com escalas em portos.

Em termos de residentes empregados concentra 76 mil indivíduos, 5% dos quais do sector primário (valor elevado no contexto metropolitano), 24,7% do secundário e 26% do terciário social e 44% do terciário económico. Em termos de atividades, o comércio e a restauração têm uma importância significativa e um importante papel nos níveis de atividade. As freguesias mostram perfis de atividade bastante diferenciados, o que representa uma potencialidade que pode sustentar o desenvolvimento de uma estratégia que aposte sobretudo na qualificação e na valorização das atividades. Pequenos negócios, com pessoal ao serviço precário e pouco escolarizado ou formado, evidenciam uma capacidade empreendedora mas simultaneamente desqualificada e com fraco valor económico.

Na DLBC localizam-se cerca de 6800 estabelecimentos empresariais, que empregam 50 mil pessoas ao serviço (10% da AMP). São as freguesias mais urbanizadas que mostram níveis de qualificação superiores, nomeadamente Matosinhos/Leça da Palmeira, Póvoa de Varzim e Mindelo, mas também são as que concentram o maior nº de indivíduos com qualificação inferiores. Dada a atratividade costeira, o peso das habitações de uso sazonal ou secundário é muito elevado. Isto demonstra a importância desta área em períodos de férias ou de verão, com uma intensidade de uso muito forte, com implicações por vezes negativas ao nível ambiental e na qualidade de vida e bem-estar dos residentes locais. Mas é também um ponto forte deste território, porque a procura aumenta estrondosamente com importantes implicações nos níveis de consumo e de negócio (alojamento sazonal, comércio, serviços pessoais e restauração). O comércio e a restauração especializada no peixe têm um forte potencial de atração em termos metropolitanos.

O sector da pesca tem uma forte tradição que se reflete na sua relevância económica, social e ambiental. Nesta área existem 13 estruturas portuárias, das quais uma é um porto comercial, o Porto de Leixões; três são portos de pesca, a saber: Póvoa de Varzim, Vila de Conde e Matosinhos; cinco são núcleos de pesca, Quião e A Ver-o-Mar (Póvoa de Varzim), Vila Chã (Vila de Conde), Praia de Angeiras e Praia de Marreco (Matosinhos); dois portos de recreio, a Marina da Póvoa na Póvoa de Varzim e a Marina do Porto Atlântico em Matosinhos e, por fim, dois núcleos de recreio, o Núcleo de Recreio da Póvoa de Varzim e a Marina de Vila de Conde. O porto de pesca da Póvoa de Varzim, de Vila de Conde e de Matosinhos, têm lotas e os núcleos de pescas possuem postos de vendagem. A DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, SA tem a seu cargo a gestão da venda de pescado, bem como o apoio ao setor da pesca e respetivos portos. Os portos de pescas principais desta DLBC são o porto da Póvoa de Varzim e de Matosinhos (INE, 2013), sendo ainda de destacar o porto de Vila de Conde, onde se localiza, à semelhança dos outros dois portos, uma capitania Marítima.

De acordo com o INE, a DLBC detém 25% dos pescadores matriculados no continente, o que demonstra o peso dos seus portos no país. No porto da Póvoa de Varzim estão inscritos 2.788 pescadores, abrangendo mais de metade dos pescadores da região do Norte e constituindo o maior porto do continente a este nível. Esta importância do porto da Póvoa de Varzim no que toca ao nº de pescadores é contrariada pelo nº de embarcações licenciadas, já que apenas representa 5% das embarcações do continente. Nesta DLBC existem 403 embarcações, ou seja, 11% das embarcações do continente (regionalmente abarca 48% das embarcações). A análise das capturas nominais de pescado e o pescado transacionado permite formular

conclusões complementares que fundamentam e explicam o peso na economia local da pesca. Apesar de se registar uma diminuição na captura de pescado entre 2007 e 2013, segundo os dados do INE, os portos pertencentes à DLBC representam a quase totalidade de pescado capturado da região Norte (92%), o que representa 84% do volume de riqueza gerado nas capturas de pescado a nível regional e 14% a nível do continente. O porto Matosinhos assume uma posição de liderança regional enquanto pólo de pescado capturado e transacionado e a nível nacional é a segunda maior lota (a maior lota nacional é a de Sesimbra). Dentro da DLBC, o porto da Póvoa de Varzim e de Vila Conde tem igualmente uma posição de destaque. No contexto da AMP é nas freguesias que constituem esta DLBC que a população ativa nas pescas tem um peso mais significativo. Aliás, é nas freguesias onde se encontram os portos e nas freguesias envolventes que a população ativa no sector das pescas tem maior relevância, o que demonstra a influência da localização dos portos na atividade económica do local.

Apesar dos indicadores não serem favoráveis, assistindo-se a uma diminuição desde 2007 do nº de pescadores matriculados, do nº de embarcações licenciadas e do volume do pescado, fruto em parte das políticas comunitárias de regulação desta atividade e de proteção dos recursos marinhos, este sector não deixa de ter um papel dinamizador enquanto motor económico local. A análise de alguns dos indicadores revela que o porto de pesca de Matosinhos e o da Póvoa de Varzim são os portos com maior relevo quer na região quer a nível nacional (com destaque para o porto de Matosinhos). É em torno destes dois portos que se registam uma maior taxa de população ativa no sector das pescas e onde se localizam os estabelecimentos com mais de 10 pessoas ao serviço do cluster do Mar, o que demonstra o seu papel enquanto geradores de riqueza e catalisadores da economia local ligada às pescas.

Uma das particularidades do sector das pescas é a ligação com outros sectores atividades enquanto fornecedor de matérias-primas, como é o caso da indústria das conservas. Este sector tem uma forte presença no pólo Matosinhos/Póvoa do Varzim, com uma grande concentração de empresas - com 7 unidades industriais (destacando-se a maior do sector, a RAMIREZ), que correspondem a 33% das unidades a nível Nacional.

É ainda de referir a ligação próxima com a agricultura, já que muitos dos pescadores são simultaneamente agricultores, ou dedicam-se à apanha do sargaço, utilizado como fertilizante agrícola. Apesar da apanha do sargaço estar hoje em declínio, esta atividade é uma pratica sustentável ambientalmente.

Toda a zona costeira deste DBLC está sujeita a uma série de riscos ambientais, tais como impermeabilização do litoral, degradação dos sistemas dunares associado à construção urbana, recuo da linha de costa e degradação costeira (PROT Norte, 2007). Possui áreas de relevância para a conservação da biodiversidade, como são exemplo, as áreas naturais protegidas de âmbito regional e local – a Paisagem Protegida do Litoral de Vila de Conde e a Reserva Ornitológica de Mindelo, em Vila de Conde e as areias e cascalheiras que se encontram pontualmente na costa litoral dos três concelhos. Existem outros recursos ambientais de elevado valor turístico como é o caso das praias, estuários e dunas, que permitem o desenvolvimento de atividades de lazer, que na sua maioria é reconhecida a qualidade da água, e o caso das marinas de recreio que servem de suporte as atividades lúdicas, como a prática de desportos náuticos.

No que toca ao património arquitetónico, existem 42 imóveis classificados (Póvoa de Varzim - 9, Vila de Conde - 19 e Matosinhos – 14), tendo parte deste património uma relação com o mar e com as crenças religiosas e tradições associadas a esta atividade.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças

- Existência de capacidade de progressão na cadeia de valor dos produtos da pesca e do mar;
 - Forte investimento público na remodelação da orla costeira;
 - Instalação do Polo do Mar do UPTEC no Porto de Leixões abre novas perspectivas de internacionalização;
 - Abertura do novo terminal de passageiros do Porto de Leixões alarga a procura turística;
 - Novo porto de recreio náutico com capacidade de atração externa;
 - Cais flúvio-marítimo para acostagem das embarcações atrai itinerários turísticos no rio Douro;
 - Atratividade internacional do percurso litoral dos Caminhos de Santiago;
 - Moda dos desportos náuticos;
 - Aumento da importância do turismo na zona costeira;
- Integração na AMP potencia um mercado de 1,7M hab. e uma forte atratividade turística nacional e internacional;

Principais Pontos Fortes

- Forte tradição da atividade pesqueira e capacidade de renovação da pop. piscatória;
- Existência de infraestruturas (portos e mercados) que potenciam um cluster em torno das pescas;
- Forte atividade de pesca artesanal e profissional;
- Qualidade e quantidade do peixe fresco comercializado;
- Concentração de restaurantes de peixe fresco e marisco;
- Existência de infraestruturas e serviços de apoio à náutica e às praias (elevado nº de utentes e praticantes);
- Presença de instituições de ensino superior, formação profissional, I&D e de apoio ao empreendedorismo ligados ao mar;
- Presença da indústria conserveira, de transformação/conservação, comercialização de pescado;
- Infraestruturas de valorização da cultura e das tradições das comunidades piscatórias;
- Potencial de exploração da apanha do sargaço para fins agrícolas, farmacêuticos e cosméticos.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

- Riscos de erosão costeira devido a fatores naturais mas sobretudo a fatores exógenos, nomeadamente usos e atividades inadequadas
- Riscos de inundações devido a causas naturais mas também à ocupação indevida dos leitos de cheia
- Riscos de degradação dos sistemas dunares e de impermeabilização dos solos devido à pressão urbanística sobre as zonas costeiras
- Problemas de compatibilização da atividade turística e das pescas com a proteção ambiental
- Declínio da atividade da pesca, à semelhança da tendência a nível nacional, gerador de desemprego e de problemas sociais
- Condicionalismos de carácter legal que poderão afetar a atividade piscatória artesanal
- Constrangimentos decorrentes da Política Comum das Pescas, no contexto da União Europeia, da diminuição dos recursos pesqueiros e das dificuldades acrescidas de acesso a recursos em águas internacionais

Principais Pontos Fracos

- Défice nas condições de segurança nas infraestruturas portuárias de pesca e degradação dos locais de recolha dos aprestos de pesca;
- Débil oferta turística em torno dos recursos do mar (turismo náutico) resultante de carências organizativas e de promoção integrada;
- Défice de inovação na transformação e comercialização dos produtos da pesca e do mar;
- Desvalorização social das atividades relacionadas com a pesca;
- Oferta de qualificação profissional e formativa incipiente e desajustada;
- Fragmentação do sector da pesca e fraca colaboração e cooperação institucional e empresarial;
- Fenómenos de marginalidade, exclusão social e risco de pobreza nas comunidades piscatórias e costeiras;
- Desemprego jovem, de longa duração e o pouco escolarizado com tendência a agravar-se;
- Envelhecimento e isolamento de franjas da população.

A realização da estratégia de desenvolvimento para a DLBC Costeira Litoral Norte AMP encontra-se condicionada por um conjunto de desafios e de fatores críticos com que o território de incidência está confrontado e que cumpre superar:

1. A criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial e à criação do próprio emprego através do apoio ao empreendedorismo e à transformação de ideias em negócios sustentáveis e competitivos.
2. A diversificação da base económica local através do estímulo ao surgimento de novas ideias, de produtos e serviços inovadores, assentes nos recursos do mar e das zonas costeiras.
3. A promoção e valorização das atividades de restauração dedicadas à confeção de peixe fresco, criando parcerias que valorizem os produtos locais, a gastronomia e sabores marítimos, bem como o saber-fazer tradicional.
4. A valorização e a promoção da vivência, cultura, património e tradição marítimas, através do reforço da autoestima e do sentido de pertença das comunidades costeiras.
5. Melhorar a imagem e a atratividade do litoral junto dos residentes da Área Metropolitana do Porto e dos turistas em geral.
6. As novas tecnologias da informação e comunicação são hoje determinantes na gestão, na promoção e na comercialização de produtos e serviços. A aposta nas TIC é condição de sucesso, colocando-as ao serviço da comunidade e da internacionalização das empresas e dos negócios.
7. O combate à exclusão social através das ações de qualificação e de melhoria da empregabilidade, de promoção da cidadania, envelhecimento ativo e de integração social.
8. O aproveitamento do potencial de atratividade externa do aeroporto e do novo Terminal de Cruzeiros de Leixões, em Matosinhos, em benefício do DLBC Costeiro e das suas comunidades. O desenvolvimento do turismo náutico (surf e mergulho subaquático), afirmando-se como produto turístico complementar à atratividade do Porto, sobretudo a partir do papel do aeroporto, das companhias aéreas low-cost, das escolas de surf instaladas e das condições naturais favoráveis. O desenvolvimento do turismo de cruzeiros pode contribuir para a regeneração urbana, onde se inclui a reabilitação urbana, a diversificação das atividades económicas e consequentemente, para o melhoramento da imagem urbanas das áreas portuárias e para a criação de emprego.
9. Um papel essencial pode ser desempenhado pelas instituições de ensino superior e de I&D e pelas incubadoras, em suma pela rede institucional, mais intensiva em conhecimento, desta parceria. Este ambiente favorável à inovação e à partilha de conhecimento deve-se ser ancorado nas dinâmicas locais e reverter em prol das comunidades costeiras.
10. A cooperação empresarial e institucional, ao nível local (nomeadamente com a DLBC Rural – Litoral Rural da AMP), metropolitana, nacional-litoral, e transnacional, constitui um instrumento adequado para ultrapassar este desafio. Coloca-se aqui um desafio organizativo que deverá ter uma resposta ao nível da capacitação para a criação, estruturação e consolidação de redes colaborativas de carácter empresarial e institucional para apoiar e reforçar os projetos e as dinâmicas de desenvolvimento emergentes.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A consolidação da vocação do Litoral Norte da AMP passará pelo aproveitamento sustentável dos recursos locais e pela afirmação da cultura, da tradição e da inovação associada ao mar. Será um espaço de referência na criação de valor e de emprego qualificado reconhecido interna e externamente.

Para a concretização desta vocação, a Estratégia de Desenvolvimento Local deste DLBC definiu cinco objetivos estratégicos:

1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas;
2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos;
3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca;
4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão;
5. Capacitar e inovar a governança local.

Tendo por base estes cinco objetivos estratégicos foram definidos e validados os objetivos específicos pelo GAL Costeiro do Litoral Norte - AMP, no contexto da construção da Estratégia de Desenvolvimento Local, através das atividades previstas em sede de envolvimento e participação da parceria e da comunidade.

A seguir identificam-se os objetivos específicos, que concretizam os objetivos estratégicos, bem como as áreas de intervenção envolvidas, que se pretende atingir.

Objetivo Estratégico – 1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas

Objetivos Específicos:

- OE1.1. Explorar e dar mais visibilidade ao capital simbólico e identitário das comunidades costeiras, valorizando a excelência dos recursos marítimos, naturais e culturais
- OE1.2. Contribuir para a preservação dos recursos naturais, numa lógica de valorização e promoção dos recursos marítimos e paisagísticos
- OE1.3. Aprofundar o sentido de pertença das comunidades costeiras através do desenvolvimento do conceito de "Aldeias de Mar"

Áreas de intervenção:

FEAMP

- Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos
- Promoção de planos de mar
- Inovação em espaço marítimo

FEDER:

- Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
- Objetivo Estratégico – 2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos

Objetivos Específicos:

- OE2.1. Promover o empreendedorismo e a criação de microempresas que desenvolvam atividades relacionadas com os recursos e os produtos do mar, o património e a cultura marítima
- OE2.2. Otimizar, qualificar e articular "espaços", físicos e virtuais, para a inovação e empreendedorismo, reforçando a criação de valor das PME
- OE2.3. Potenciar mudança estrutural das indústrias e serviços numa aposta de especialização inteligente (e.g. Mar; alimentar; Indústrias Criativas; Turismo; Energia; TICE; e Indústrias da Mobilidade)
- OE2.4. Apostar no turismo como forma de diversificação da base económica (e.g. turismo náutico, turismo cultural)

Áreas de Intervenção

FEAMP:

- Inovação em espaço marítimo.
- Desenvolvimento do turismo em espaço aquático.
- Promoção dos produtos locais de qualidade.
- Promoção de produtos locais de qualidade.

FEDER:

- Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas, o apoio á atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.

FSE:

- Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo microempresas e médias empresas inovadoras.

Objetivo Estratégico – 3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca

Objetivos Específicos:

- OE3.1. Melhorar os espaços e os equipamentos marítimos, designadamente através da requalificação e da reconversão das áreas ligadas às atividades da pesca e da aquicultura.
- OE3.2. Valorizar os produtos da pesca e da aquicultura através de estratégias de marketing adequadas e da adoção de certificações de qualidade e de origem.
- OE3.3. Melhorar as condições de escoamento dos produtos da pesca e da aquicultura por via do encurtamento dos circuitos de comercialização e dos mercados locais, atuando ao longo de toda a cadeia de comercialização.

Áreas de Intervenção:

FEAMP:

- Reforço da competitividade da pesca.
- Promoção de produtos locais de qualidade.
- Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais.
- Inovação em espaço marítimo.

Objetivo Estratégico – 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e promover a inclusão

Objetivos Específicos:

- OE4.1. Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados e em risco de exclusão.
- OE4.2. Criar e desenvolver condições de integração no mercado de trabalho de adultos, desempregados e inativos.

- OE4.3. Apoiar a criação de emprego por conta própria, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social.
- OE4.4. Apoiar a qualificação dos ativos empregados e a modernização do tecido empresarial.
- OE4.5. Intervir na requalificação social e cultural, promovendo intervenções orientadas para o envelhecimento desprotegido, o abandono e o isolamento das populações.
- OE4.6. Planear e reconfigurar os espaços de exclusão, através da valorização comunitária e dos recursos específicos, numa lógica de promoção da qualidade de vida.
- OE4.7. Desenvolver competências e aumentar os níveis de qualificação da população ativa adulta, empregada e desempregada.
- OE4.8. Adequar as ofertas de educação-formação profissional, inicial e contínua, às necessidades do tecido económico local, designadamente relacionada com o mar.

Áreas de Intervenção:

FEAMP

- Qualificação escolar e profissional

FEDER

- Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas, o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.

FSE

- Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo microempresas e médias empresas inovadoras.

Objetivo Estratégico – 5. Capacitar e inovar a governança local

Objetivos Específicos:

- OE5.1. Adotar novos modelos de governança, capacitar os atores e promover plataformas / redes de cooperação e parcerias.
- OE5.2. Promover e prototipar soluções e ofertas territoriais inovadoras.
- OE5.3. Cooperar com outros territórios no plano regional, nacional, transfronteiriço e europeu.
- OE5.4. Promover o território do GAL Litoral Norte da AMP e os recursos próprios.

Áreas de Intervenção:

- Animação e promoção do território de incidência, dos seus recursos, produtos e serviços.
- Capacitação institucional.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Após a fase de pré-qualificação e na fase seguinte de elaboração e submissão da EDL com o objetivo de se aprofundar a participação dos parceiros, realizam-se várias iniciativas de envolvimento dos parceiros para a validação e consensualização da EDL e do Plano de Ação. De entre os instrumentos de estímulo à participação implementados durante essa fase destacam-se:

- Realização de uma sessão com a entidade gestora e com os três municípios que integram este DLBC para a definição do processo participativo para a validação da EDL pelos parceiros;
- Criação de Grupos de Trabalho, por Município, para a identificação das áreas de intervenção e tipologias de ações;
- Realização de Visitas de Terreno com técnicos e atores locais, tendo em vista aprofundar a operacionalização da estratégia;
- Realização de sessão plenária da parceria para apresentação do documento final EDL completa.

Na fase de implementação pretende-se reforçar o trabalho em rede da parceria sendo para isso necessário capacitar os seus membros. Cada entidade parceira desempenhará um conjunto de tarefas e funções, de acordo com os seus recursos, competências e conhecimentos, partilhando-as em rede e colocando-as ao serviço do desenvolvimento local.

Assim, as entidades parceiras serão objeto de ações de capacitação diversificadas (através do Secretariado Técnico ou de recursos externos), de forma a adquirirem metodologias e novas ferramentas colaborativas que lhes permitam agir como nós da rede de animação e acompanhamento da EDL.

Consciente da importância da animação e da promoção interna e externa do território de incidência, este GAL desenvolverá um programa de ações de promoção dos ativos territoriais que apresentam um retorno significativo em termos de ganhos de notoriedade e projeção do espaço territorial e dos seus produtos / serviços.

A publicitação e divulgação das oportunidades e dos apoios que a EDL disponibiliza, bem como dos seus impactos e resultados, serão feitas através de um conjunto de iniciativas de comunicação:

- Realização de seminário para apresentação da EDL;

Após a aprovação da versão final da EDL será realizado um seminário para sua apresentação, em que se pretende uma participação o mais ampla possível.

- Presença permanente na agenda mediática e informativa local;

Através de um relacionamento e de um fluxo de informação permanente pretende-se manter uma presença assídua nos órgãos de comunicação social locais e nacionais como forma de divulgação da EDL;

- Criação de micro site GAL Costeiro Litoral Norte AMP;

Será o principal canal de informação e de interação com a parceria, os promotores de projetos e a comunidade em geral

- Publicação dos avisos para apresentação das candidaturas e realização de sessões públicas

Os avisos para apresentação de candidaturas serão publicados no micro site do GAL Costeiro, nos meios de comunicação locais e divulgados através dos membros da parceria local. Serão efetuadas sessões informativas e de esclarecimentos em cada um dos três concelhos, que serão publicitadas nos meios de comunicação locais e regionais e juntos parceiros do GAL.

Em todas as ações de publicitação da EDL será divulgado e valorizado o papel da U.E. e dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento ao serviço do desenvolvimento regional e em particular das pescas e do desenvolvimento das comunidades costeiras, na observância estrita das regras e obrigações que nesta matéria impendem sobre o GAL Costeiro Litoral Norte da AMP.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EDL apresentada rege-se pelos seus objetivos estratégicos e específicos, que tiveram na sua construção a preocupação de garantir a sua coerência e alinhamento com as orientações estratégicas nacionais e regionais e com a EIDT AMP.

Neste contexto os contributos da estratégia do DLBC Litoral Norte AMP para a concretização das prioridades do FEAMP (PRO MAR 2020) são os seguintes:

- Forte articulação do objetivo estratégico 1 “Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas” com a prioridade 2 “Promover aquicultura competitiva, ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora e baseada no conhecimento” e a 4 “Aumentar o emprego e a coesão territorial”
- Forte articulação do objetivo 2 “Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos” com a prioridade 2 “Promover aquicultura competitiva, ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora e baseada no conhecimento” e a 5 Promover a comercialização e a transformação,....”
- Forte articulação do objetivo 3 “Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos

produtos da pesca” com a prioridade 2 “Promover aquicultura competitiva, ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora e baseada no conhecimento”, a 3 “Fomentar a execução da Política Comum das Pescas” e a 5 “Promover a comercialização e a transformação,…”

- Forte articulação do objetivo estratégico 4 “Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão” com a prioridade 4 “Aumentar o emprego e a coesão territorial”
- Todos os objetivos estratégicos contribuem de forma relevante para a prioridade 5 “Fomentar a execução da Política marítima Integrada”.

Esta estratégia de desenvolvimento local assegura também a coerência com os principais objetivos estratégicos e transversais do Programa Operacional Regional do Norte (PO Norte) a saber:

- Forte contributo do objetivo 1 “Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas” para o objetivo do PO Norte “Valorização Ecológica dos ativos e rec. intensivos em território”
- Forte contributo do objetivo 2 “Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos” para os objetivos “Intensificação tecnológica de base produtiva”, “Valorização Ecológica dos ativos e rec. intensivos em território” e “Promoção da Empregabilidade de públicos e territórios alvo”
- Forte contributo do objetivo 3 “Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca” para os objetivos “Intensificação tecnológica de base produtiva” e “Melhoria do posicionamento competitivo à escala global”
- Forte contributo do objetivo 4 “Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão” para os objetivos “Promoção da Empregabilidade de públicos e territórios alvo” e “Acréscimo de qualificação de todos os segmentos da população”
- Forte contributo do objetivo 5 “Capacitar e inovar a governança local” para o objetivo “Melhoria da eficácia e da eficiência do modelo de governação”.

Nos restantes casos, os objetivos estratégicos da EDL contribuem de forma relevante ou moderada para os objetivos do POR Norte.

A estratégia deste DLBC garante o alinhamento com a Estratégia Norte 2020, uma vez que todos os seus objetivos estratégicos contribuem para as prioridades do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Assim, verifica-se no crescimento inteligente que os objetivos estratégicos 2 e 3 da EDL contribuem fortemente para a Inovação e Especialização inteligente e os objetivos estratégicos 2, 3 e 4 contribuem moderadamente para a Estrutura Económica e Internacionalização. No crescimento sustentável o objetivo estratégico 1 da EDL dá um forte contributo para o Território, Cidades e Ruralidades (os restantes contribuem moderadamente); o objetivo estratégico 1 e 2 contribui fortemente para o Ambiente, Energia e Sustentabilidade e todos os objetivos contribuem moderadamente para a Conectividade. No crescimento inclusivo o objetivo estratégico 4 da EDL contribui fortemente para todas as prioridades e o objetivo 5 dá um contributo relevante.

É ainda de salientar que esta EDL está igualmente alinhada com os vários domínios de especialização inteligente da Estratégia Regional de especialização Inteligente da Região Norte, com particular destaque para:

- O forte contributo dado por todos os objetivos estratégicos (excepto o quinto) para os “Recursos do Mar e Economia”
- O forte contributo dado ao domínio “Capital simbólico, tecnologias e Serviços do Turismo” pelos objetivos estratégicos 1 e 2 da EDL do Litoral Norte AMP
- O forte contributo dos objetivos estratégicos 2 e 3 para os domínios “Sistemas Agroambientais e alimentação”
- O forte contributo do objetivo estratégico 4 para o domínio “Capital humano e Serviços especializados”
- O contributo relevante de todos os objetivos estratégicos (excepto o quinto) para a “Cultura, criação e a moda”
- O contributo moderado de todos os objetivos estratégicos para os domínios “Indústria da Mobilidade e Ambiente” e “Sistemas avançados de produção”.

A estratégia do DLBC Litoral Norte AMP articulou os seus objetivos com os objetivos estratégicos da EIDT AMP 2020, que assumiu os objetivos temáticos definidos pela U.E. para a política de Coesão. Assim, a EDL apresentada está alinhada com a estratégia da AMP na medida em que:

- O objetivo estratégico 1 “Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas” contribui de forma relevante para o OT2, OT3, OT4, OT6, OT8 e OT11 e de forma moderada para os restantes objetivos da EIDT AMP 2020
- O objetivo 2 “Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos” e o objetivo 3 “Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca” contribuem fortemente para o OT1, OT3 e OT6, relevantemente para o OT2, OT4 e OT11 e moderadamente para os restantes.

- O objetivo 4 “Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão” dá um forte contributo para o OT8, OT9 e OT10, um contributo relevante OT2, OT3 e OT11 e um contributo moderado para os restantes objetivos da EIDT AMP 2020
- O objetivo 5 “Capacitar e inovar a governança local” contribui fortemente para o OT11, relevantemente para o OT2, OT6, OT8, OT9 e OT10 e moderadamente para os restantes.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Para a concretização da EDL foi delineado um Programa de Ação, integrando os diferentes programas operacionais, assente em quatro eixos fundamentais: I – Mar (FEAMP); II – Empregabilidade e Empreendedorismo (FSE e FEDER); III – Património Cultural e Natural (FEDER); e Eixo IV – Assistência Técnica (FEAMP). Estes eixos concretizam e materializam de forma articulada a Estratégia de Desenvolvimento Local proposta, concorrendo diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos declinados em objetivos específicos de caráter operativo (ver árvore de objetivos em documento de Estratégia em anexo). Por outro lado, os eixos que enformam o programa de ação organizam de forma coerente as tipologias e áreas de intervenção previstas relativamente a cada fundo mobilizado (ver Programa de Ação em anexo).

• Eixo I - MAR (FEAMP): - Inovação em espaço Marítimo: Obj. Estrat. 1. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos Objeto Específico: OE2.1. - Qualificação Escolar e Profissional: Obj. Estrat. 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego para a cidadania e promover a inclusão Obj. Específ.: OE4.1. ; OE4.7. e OE4.8. - Promoção de Planos de Mar: Obj. Estrat. 1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas Obj. Específ.: OE1.3. - Reforço da Competitividade das Pescas: Obj. Estrat. 3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca Obj. Específ.: OE3.1. ; OE3.2. e OE3.3. - Desenvolvimento do Turismo em Espaço Aquático: Obj. Estrat. 2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos: Obj. Específ.: OE2.1 e OE2.4. Obj. Estrat. 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e promover a inclusão Obj. Específ.: OE4.1. - Promoção de Produtos Locais de Qualidade: Obj. Estrat. 2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos Obj. Específ.: OE2.1. Obj. Estrat. 3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca Obj. Específ.: OE3.2. - Circuitos Curtos de bens alimentares e mercados locais: Obj. Estrat. 3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca Obj. Específ.: OE3.3. - Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos: Obj. Estrat. 1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas Obj. Específ.: OE1.2. • Eixo II – Empregabilidade e Empreendedorismo (FSE e FEDER) - “Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho”: Obj. Estrat. 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e promover a inclusão Obj. Específ.: OE4.1.; OE4.2.; OE4.3.; OE4.4.; OE4.7. Obj. Estrat. 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e promover a inclusão Obj. Específ.: OE4.1.; OE4.2.; OE4.3.; OE4.4.; OE4.7. - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho: Obj. Estrat. 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e promover a inclusão: Obj. Específ.: OE4.2.; OE4.3.; OE4.4.; OE4.7. - “Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios...”: Obj. Estrat. 2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos Obj. Específ.: OE2.1.; OE2.2.; OE2.3. Obj. Estrat. 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e promover a inclusão Obj. Específ.: OE4.3.; OE4.4. • Eixo III – Património Cultural e Natural (FEDER): - a) Património Cultural: ii) “Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, ...”: Obj. Estrat. 1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas Obj. Específ.: OE1.1. ; OE1.3. Obj. Estrat. 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e promover a inclusão Obj. Específ.: OE4.5. ; OE4.6. ? b) Património Natural: i) “Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas,”. Obj. Estrat. 1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas Obj. Específ.: OE1.2. • Eixo IV – Assistência Técnica (FEAMP): Obj.

Estrat. 5. Capacitar e inovar a governança local Obj. Específ.: OE5.1.; OE5.3. Ao longo das das fases de elaboração da Estratégia e do Programa de Ação do GAC Litoral Norte – AMP foi estimulada a participação ativa dos parceiros representativos da comunidade costeira, em particular na identificação dos fatores críticos e desafios com que está confrontada e na montagem do Programa de Ação. A propósito da preparação do programa de ação foi solicitada a apresentação de ideias de projeto suscetíveis de virem a ser transformadas em candidaturas e projetos de iniciativa da própria comunidade. O resultado deste exercício está refletido no quadro que se junta em anexo Ações_GAC_Lit_Norte_AMP.pdf, onde está elencado um conjunto de ações enquadradas nos objetivos específicos da EDL. Tal como se encontra desenhada a EDL procura dar uma resposta concreta aos principais problemas evidenciados no diagnóstico. Desde logo, regista-se um problema fundamental ao nível do desemprego. De acordo com os dados do Censur 2011, concentrava-se na área de intervenção da EDL Litoral Norte da AMP, 26% do total nacional e 67% do total da Região Norte da população desempregada do sector das pescas à procura de novo emprego. São números impressionantes que carecem de respostas adequadas. Desde logo, a EDL prevê uma ação forte e concertada ao nível de intervenções adequadas à promoção da empregabilidade e do empreendedorismo através do FEAMP, FSE e FEDER. Mas, não é apenas no combate direto ao desemprego que o programa de ação procura agir. Também nos planos da valorização dos produtos da pesca e do mar, da utilização mais eficiente dos recursos do mar e da costa bem como da preservação e valorização do património cultural e natural, o programa de ação prevê um conjunto de medidas e de apoios capazes de suportar a iniciativa local refletida no conjunto de propostas de ações que foram identificadas durante a preparação da EDL.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A situação das Comunidades Piscatórias do território de incidência do GAL Costeiro do Litoral Norte da AMP revela um nível de ameaça elevado, a exigir uma intervenção eficaz que garanta a sustentabilidade das comunidades, seguindo uma postura inovação, desenvolvendo uma gestão sustentável dos bio-recursos, garantindo a valorização de valores históricos, culturais e ambientais e procurando desenvolver uma estratégia sustentável. A definição de uma estratégia coerente de desenvolvimento local pressupõe não só a consensualização possível entre os intervenientes no território, mas também a capacidade de compreender as principais alterações em curso, procurando distinguir as que são, ou parecem ser, meramente conjunturais daquelas que, uma vez instaladas, têm capacidade suficiente para serem determinantes no curto e médio prazo. Depois, é necessário estabelecer, em conformidade, os principais objetivos atingir no corte temporal a que destina este documento, explicitando a visão e os objetivos basilares da estratégia, atendendo aos valores de coesão, sustentabilidade e competitividade, e a uma qualificação territorial associada ao desenvolvimento e ao bem-estar social. No contexto das atividades de envolvimento comunitário a levada a efeito após o reconhecimento e qualificação do GAL Costeiro Litoral Norte - AMP a estratégia agora proposta foi objeto de um processo de validação e consensualização aprofundado de forte pendor participativo. A Visão para o território é a expressão de um futuro coletivo desejado mas possível que, em cada momento, é capaz de orientar de forma clara e motivar a parceria e a comunidade geral para a ação: Em 2020, o Litoral Norte da AMP será reconhecido, interna e externamente, como um espaço de referência na criação de valor e de emprego qualificado através do aproveitamento sustentável dos recursos locais e da afirmação da cultura, da tradição e da inovação associada ao mar. Esta Visão não será prosseguida exclusivamente com recurso ao instrumento DLBC, atenta as suas limitações financeiras, procurando-se articular com outras fontes de financiamento complementares que possam vir a ser disponibilizadas para o território. Com base nesta Visão foram definidos os seguintes objetivos estratégicos, oportunamente desagregados em objetivos específicos e concretizados através dos quatro eixos que integram o programa de ação: 1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas; 2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos; 3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca; 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão; 5. Capacitar e inovar a governança local. A implementação da EDL materializar-se-á nos seguintes indicadores de resultados por fundo financiador: FEAMP – 35 postos de trabalho criados; FSE – 10 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego que permaneçam 12 meses após o fim do apoio; FEDER – 13 postos de trabalho criados; um acréscimo de 62 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; um efeito multiplicador do investimento público no investimento privado de 1,4. Para além dos indicadores dos resultados que se pretendem atingir acima expostos, a da EDL Litoral Norte da AMP consagra um designio estratégico que consiste em contribuir para a afirmação, ao nível local, regional e internacional, da vocação costeira e marítima desta comunidade que sofre efeitos de diluição, não obstante a sua dimensão e importância, no contexto da Área Metropolitana do Porto e da própria Região Norte. Esta afirmação, sob pena de não perdurar no tempo, terá forçosamente que se refletir positivamente em termos de valorização económica dos recursos próprios, qualificação e integração social, preservação e valorização cultural e ambiental. A presença no território de intervenção da EDL de uma das maiores comunidades costeiras do País bem como a importância económica que assumem aqui as atividades relacionadas com as pescas justificam uma abordagem integrada que procura a criação de sinergias entre os diversos sectores e agentes.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Inovação em espaço Marítimo	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	2,00	314 256,70€

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Qualificação Escolar e Profissional	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	2,00	314 256,70€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Promoção de Planos de Mar	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	2,00	314 256,70€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Reforço da Competitividade de das Pescas	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	5,00	628 513,40€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Desenvolvimento do Turismo em Espaço Aquático	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	3,00	471 358,05€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Promoção de Produtos Locais de Qualidade	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	3,00	471 358,05€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Circuitos Curtos de Bens Alimentares e Mercados Locais	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	2,00	314 256,70€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,00	2,00	314 256,70€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	34,00	57,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 250 000,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	3,00	14,00	Postos de trabalho criados	4,00	19,00	270 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	20,00	Postos de trabalho criados	6,00	28,00	405 000,00€

<p>09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;</p>	<p>FEDER</p>	<p>a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO</p>	<p>Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio</p>	<p>75,00</p>	<p>300,00</p>	<p>Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros</p>	<p>0,03</p>	<p>0,10</p>	<p>30 000,00€</p>
<p>09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;</p>	<p>FEDER</p>	<p>b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação</p>	<p>Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio</p>	<p>113,00</p>	<p>450,00</p>	<p>Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros</p>	<p>0,04</p>	<p>0,15</p>	<p>45 000,00€</p>

99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Funcionamento do GAC	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	0,80	1,40	0,00€
--	-------	----------------------	---------------	------	------	----------------	------	------	-------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Complementar				Efeito multiplicador do Investimento Público no Investimento Privado	0,80	1,40	0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Complementar	nº de estratégias	1,00	1,00				0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEAMP	3 142 513,00€
FSE	1 250 000,00€
FEDER	750 000,00€
Total	5 142 513,00€

Pressupostos

Os critérios subjacentes à determinação do montante a alocar à ELD LN AMP diferem consoante as PI e os PO Mar 2020 ou PO Norte 2020, atenta as vocações e objetivos específicos. Assim, a proposta de dotação FEAMP tem por base um duplo critério: (i) 40% do total do FEAMP (25 MEuros) foi distribuído de forma equitativa pelas 12 EDL pré-qualificadas; (ii) 60% foram calculados em função da percentagem de pescadores matriculados nas capitánias presentes no território de intervenção que no caso desta EDL, de acordo com as Estatística da Pesca 2014 (INE2015), corresponde a 26% do total nacional. Estes critérios justificam-se pelo foco na atividade da pesca e na comunidade costeira do apoio FEAMP às DLBC Costeiras e as diferentes escalas dos territórios de intervenção, entende-se assim adequado levar em consideração o n.º das pessoas dependentes da pesca, garantindo, contudo, um mínimo de dotação a todas as EDL Costeiras, assegurada através da primeira componente do critério. No que respeita às verbas FSE e FEDER a afetar através do PO Norte, tendo consciência do seu carácter complementar no contexto das DLBC Costeira, propõe-se dois critérios diferenciados atentos a natureza, os objetivos e os resultados esperados para cada tipologia de intervenção. Para a determinação do montante do FSE utilizou-se o Ind. do desemprego (Pop. desempregada à procura de novo emprego por local de residência (à data do Censur 2011) sendo que o peso do desemprego no Sector das Pescas registado nas freguesias que integram a EDL Litoral Norte AMP, face ao Desemprego Total CAE 2 Primário na Região do Norte, corresponde a 10%. Aplicou-se por isso esta taxa à dotação FSE. No que respeita ao FEDER, na medida em que esta dotação é feita para o conjunto das PI que tem natureza, objetivos muito diversos, propõe-se a manutenção do valor apresentado na Macro Estratégia. Assim, o montante global de fundos a afetar à EDL LN AMP é de 8.670.833,34 €, divididos da seguinte forma: (i) FEAMP 4.733.333,34 € (ii) FSE 3.000.000€; (iii) FEDER 937.500 €. Pressupostos do Cálculo dos Ind.es: Exo I – Mar (FEAMP) – Ind. de resultados: Os valores do Ind. previstos no PO Mar correspondem a 159.000 € por posto de trabalho criado. Assume-se um melhor resultado de 135.150€ por cada emprego criado. Eixo II – Empreendedorismo e Empregabilidade (FSE) – Ind.es de realização: aponta-se para um montante médio de 25.000 Euros por pessoa apoiada no âmbito da criação de emprego. Ind.es de Resultados: Montante médio de fundo na criação de emprego permanente - 300.000 €. Eixo II – Empreendedorismo e Empregabilidade (FEDER) – Ind. de Realização: Apoio médio de 25.000 Euros na criação do próprio emprego e 75.000 Euros nos investimentos expansão de pequenas e médias empresas e microempresas. Ind.es de Resultados: 30.000 por posto de trabalho criado. Eixo III – Património Natural e Cultural (FEDER) – Ind. de Realização e de Resultados: Valor unitário de cada visitante (125,12 Euros) e de cada dormida (9122,39 Euros) calculado a partir da média prevista nos Avisos dos PDCT pelo PO Centro e PO Alentejo. Eixo III – Património Natural e Cultural (FEDER) – Efeito multiplicador do Investimento Público no Investimento Privado: foi adotado o valor previsto no PO Norte. Eixo IV – Assistência Técnica (FEAMP) – O valor previsto corresponde a 20% do valor do FEAMP. Ind. de resultados: os valores do Ind. previstos no PO Mar correspondem a 159.000 €/posto de trabalho criado. Assume-se um melhor resultado de 135.150€.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Na medida em que este território é pela primeira vez objeto de um DLBC, a aposta na cooperação assume uma particular relevância enquanto instrumento que proporciona o intercâmbio de experiências e a possibilidade de contacto e adoção de metodologias e processos de intervenção já testados noutras territórios.

Haverá aqui que distinguir o desenvolvimento de projetos de cooperação em diversos contextos territoriais: regional de proximidade, nacional, transfronteiriço e europeu.

De acordo com as características e potencialidades de cada um destes contextos propõe-se temáticas de cooperação diferenciadas e ajustadas de forma a retirar deste instrumento todo o seu potencial.

No plano metropolitano, ao abrigo do protocolo celebrado com a Litoral Rural, serão articuladas as EDL, Costeira e Rural, que incidem sobre o mesmo território sobretudo nas áreas de intervenção relativas aos mecanismos de cadeias locais curtas bem como na potenciação da relação urbana costeira e rural. Será também objetivo desta cooperação a procura de complementaridades na valorização conjunta dos produtos do mar e da terra. Por último, serão instituídos mecanismos adequados a evitar a duplicação de apoios nos territórios comuns.

No plano regional e transfronteiriço surgem duas áreas de projeto nas quais se justifica uma aposta na cooperação:

- Os Caminhos de Santiago, em particular o do Litoral, constituem hoje um forte atrativo e motivo de visita que apresenta uma procura crescente. Procurar-se-á, nesta área estabelecer relações de cooperação com o GAL Costeiro localizado a norte (Litoral do Norte) bem como com grupos de ação local da vizinha Galiza, de forma a contribuir para a estruturação e promoção desta oferta inserida no produto Touring Cultural e Religioso.

Ainda no plano regional de proximidade e nacional, pretende-se desenvolver iniciativas de cooperação na área dos planos de mar / aldeias de mar, conceito que surgiu durante o período de programação anterior e cuja aplicação e adaptação a algumas microcentralidades de carácter costeiro existentes no território de intervenção deverá ser ponderada.

Duas áreas de projeto, deverão ainda ser consideradas no âmbito da cooperação com outros territórios, no contexto nacional e europeu, são estas:

- A gastronomia e restauração, enquanto formas de valorização do pescado e de diversificação das atividades económicas. Preferencialmente, as relações de cooperação a estabelecer nesta área deverão ter parceiros espanhóis dada a importância e notoriedade internacional da sua gastronomia / restauração;
- A promoção dos desportos náuticos / aquáticos, enquanto novas ofertas turísticas atrativas para as camadas mais jovens com exigências específicas. Nesta área, as relações de cooperação serão, preferencialmente, estabelecidas com os países do Norte da Europa, em que existe uma forte procura por este tipo de oferta.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A 12.Fev.2015, 32 organizações assinaram um protocolo de parceria que define as responsabilidades na elaboração e execução da “EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Norte – AMP” e candidatura à pré-qualificação ao DLBC Costeiro. Designaram, ainda, como entidade gestora a AMP. Nesta fase, a parceria foi reforçada com 2 novos parceiros ligados ao sector da pesca, mais propriamente das indústrias das conservas.

Os parceiros terão como principais funções:

- Transmitir ao Parceiro Gestor a informação e documentos necessários à alimentação do sistema de acompanhamento
- Divulgar e promover a EDL, particularmente junto dos agentes do território de intervenção;
- Fomentar a participação da população;
- Contribuir para a boa execução da EDL, particularmente nas matérias em que o parceiro esteja mais envolvido, nomeadamente: apoiar a montagem técnica, financeira e institucional de pré-projetos de candidatura;
- Realizar, participar ou aderir a iniciativas conducentes à mobilização de recursos necessários à maximização dos objetivos da Estratégia da DLBC.

Procurou-se envolver todas as entidades que desenvolvem atividades relacionadas com os objetivos desta

DLBC. A parceria conta agora com 34 entidades privadas e 10 entidades públicas. Sem prejuízo de ajustamentos que venham a ser feitos à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações, metas e indicadores) e das regras que vierem a definidas pelos sistemas de gestão e controlo das Autoridades de Gestão propõe-se, desde já, um modelo de governação assente nos seguintes órgãos: um Conselho Geral, um Órgão de Administração e um Secretariado Técnico.

O desenho do modelo de gestão proposto obedece, integralmente, aos princípios em que assenta a governação do Portugal 2020, designadamente: transparência e prestação de contas; participação; segregação das funções de gestão e da prevenção dos conflitos de interesses; e da racionalidade económica.

O Conselho Geral é composto por todos os parceiros que assinaram o protocolo de parceria.

Alguns dados importantes sobre a parceria - Organizações por setor de atividade:

- Organizações que estão no setor das pescas, aquicultura, transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, atividades e serviços relacionados com a apanha de produtos de pesca, produção de sal e/ou algas: 7

- Outras atividades relacionadas com o mar: 19

- Entidades do ensino superior (relacionadas com o mar): 2

O Conselho Geral reúne, pelo menos uma vez por ano, por convocatória do Órgão de Administração e as principais funções são:

- Dar parecer sobre a proposta de admissão de novos parceiros, formalizada pelo órgão de administração ou por 2/3 dos membros do conselho geral

- Pronunciar-se sobre os relatórios anuais de atividades apresentados pelo órgão de administração

- Pronunciar-se, sempre que para o efeito seja solicitado pelo órgão de administração, sobre todas as matérias de interesse para a atividade do GAL, bem como em temas associados ao desenvolvimento sustentável das zonas pesqueiras.

Atendendo, ao nº elevado de parceiros, foi definido um Órgão de Administração, composto por 3 entidades públicas e 4 privadas da fileira das pescas, cada uma delas com direito a um voto. Este órgão será presidido pela AMP e terá 7 vogais (3 entidades pertencentes à administração pública local, 2 associações privadas, 1 empresa e 1 cooperativa).

As principais funções deste Órgão de Administração são praticar todos os atos convenientes à prossecução dos fins do protocolo de parceria, no âmbito da regulamentação aplicável:

- Propor a admissão e exclusão de novos parceiros

- Garantir a dinamização da EDL e acompanhar e avaliar a sua aplicação

- Decidir, com base nos pareceres emitidos pelo ST sobre os Pedidos de Apoio apresentados, segundo as orientações técnicas definidas pelas autoridades de gestão (AG)

- Representar o GAL Costeiro Litoral Norte - AMP

- Aprovar o Regulamento Específico proposto pelo ST, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas das AG

- Aprovar e submeter às autoridades de gestão os avisos de abertura de concurso, elaborados pelo ST, em conformidade com as orientações técnicas das AG

- Aprovar e submeter às autoridades de gestão os relatórios de execução anual da "Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Norte da AMP 2015-2020".

O Secretariado Técnico, assegurado pelo parceiro gestor a AMP, encontra-se estruturado em torno de uma área de coordenação e em quatro áreas funcionais (área administrativa e financeira; planeamento e desenvolvimento; comunicação e animação; análise e controlo administrativo e financeiro), visando o respeito o princípio da segregação das funções, com uma clara separação entre as funções previstas para cada área. De referir a este propósito que se procederá à separação entre a análise das candidaturas, análise dos pedidos de pagamento e verificações físicas.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados e a sua aderência aos objetivos e metas.

O acompanhamento e a monitorização permanente dos projetos aprovados e a garantia da prossecução dos objetivos e metas definidos na EDL será levado a cabo a dois níveis.

Do ponto de vista funcional orgânico o Órgão de Administração e o Secretariado Técnico assegurarão um conjunto de tarefas de acompanhamento operacional, designadamente no que se refere ao

acompanhamento dos indicadores de execução física e financeira dos projetos.

Para tanto serão desenvolvidas as seguintes tarefas:

- Reuniões de trabalho e contactos permanentes com os promotores;
- Realização de visitas técnicas;
- Análise dos documentos de despesa;
- Apreciação dos relatórios de execução.

Os mecanismos de acompanhamento e monitorização dos projetos permitirão sinalizar desvios eventuais e introduzir alterações que poderão levar à sua reprogramação.

Por outro lado, a intervenção do Órgão de Gestão e do Secretariado Técnico nesta área será complementada pelas auditorias realizadas pela autoridade de pagamento e de gestão a nível nacional.

Por seu turno, o acompanhamento estratégico dos projetos que visa assegurar a sua coerência com os objetivos e metas da EDL será assegurado pelos Grupos Temáticos. Os Grupos Temáticos são constituídos pelos membros da parceria com ação relevante nas respetivas áreas de atuação, a serem criados no início da implementação da EDL. Estes Grupos de Trabalho Temáticos reunirão, no mínimo, com periodicidade semestral para apreciar, a partir de um relatório preparado pelo Secretariado Técnico, o contributo e a coerência dos projetos aprovados na área de intervenção específica.

Modalidades e Instrumentos previstos para a avaliação interna da EDL

Durante a fase de execução da EDL estão previstos os seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização, avaliação e animação da EDL:

- Elaboração de relatórios de avaliação anual a apreciar pelo Conselho Geral

Até ao final do primeiro trimestre de cada ano será realizado pelo Secretariado Técnico um relatório de avaliação anual o qual será aprovado pelo Órgão de Administração e submetido à apreciação do Conselho Geral.

Estes relatórios devem apresentar informação sobre os projetos aprovados, os pedidos de pagamento efetuados, os resultados previstos e atingidos de forma clara e concisa de forma a permitir avaliar a aderência aos resultados e metas definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações à intervenção da parceria ou à EDL aprovada.

- Avaliações

Serão realizadas avaliações, intermédia e final, para atestar a aderência aos resultados e metas definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações a intervenção da parceria ou a EDL aprovada.

Estas avaliações serão realizadas pelo Secretariado Técnico através da elaboração de um relatório circunstanciado o qual será alvo de um parecer emitido por um perito avaliador externo, independente e credenciado para o efeito.

As avaliações internas terão lugar em dois momentos:

- 2018 – a avaliação intermédia - esta avaliação abrangerá o período de execução de 2015, 2016 e 2017 e será concretizada através da realização de um relatório de avaliação pelo Secretariado Técnico, nos termos acima descritos ,sobre o qual recairá a emissão de um parecer por um avaliador externo;
- 2021 – a avaliação final - esta avaliação abrangerá o período de execução que medeia entre 2015 e 2020 e será concretizada através da realização de um relatório de avaliação pelo Secretariado Técnico, nos termos acima descritos ,sobre o qual recairá a emissão de um parecer por um avaliador externo;

Os Relatórios de avaliação produzidos acompanhados do respetivo parecer emitido pelo Perito serão aprovados pelo Órgão de Gestão e apreciados pelo Conselho Geral

- Seminários para apresentação pública das avaliações

Após a realização das avaliações serão realizados seminários de apresentação dos resultados tendo em vista proporcionar momentos de reflexão alargados a toda a comunidade costeira em torno dos resultados e das medidas a tomar para prossecução dos objetivos e das metas da EDL.

- Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano

No contexto da implementação da EDL, o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento, órgão próprio da Área Metropolitana do Porto, cuja constituição encontra-se prevista na Lei n.º 75/ 2013, com natureza consultiva, assumirá funções de acompanhamento estratégico, reunindo, no mínimo com periodicidade anual, para apreciar e emitir parecer sobre os Relatórios de Execução Anual e os Relatórios de Avaliação, e sempre que Órgão de Gestão o convoque para emitir pareceres sobre assuntos relacionados com o acompanhamento e avaliação da EDL.

Durante a fase de operacionalização da estratégia, a ação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano, não obstante manter a natureza consultiva, e, por isso, não revestindo as posições por si tomadas um carácter vinculativo, apresenta grande relevância na medida em que deverá assegurar o acompanhamento e a monitorização da EDL ao longo de todo o período de execução articulando com a análise e apreciação da execução de outros instrumentos de territorialização de políticas em vigor na AMP.

como por exemplo os ITI.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	GAC Litoral Norte AMP-Estrategia.pdf	27/07/2015 12:49	210805773
Outros	Parceiro_ConservasPortugalNorte.rar	24/07/2015 22:01	210805773
Outros	Cópia de DLBC Costeira_Litoral Norte_AMP_Indicadores_V09122015.xlsx	09/12/2015 18:48	502823305
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	OrgaoGestao_EquipaTecnicaV2.pdf	24/09/2015 10:51	502823305
Outros	GAC LN AMP-Programa Acao.pdf	27/07/2015 12:48	210805773
Outros	Protocolo_DLBC_Costeira_Rural1.pdf	26/07/2015 20:19	210805773
Outros	GAC Litoral Norte AMP-Estrategia.pdf	27/07/2015 11:05	210805773
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-059.pdf	28/09/2015 10:32	
Outros	Parceiro_Ramirez.rar	24/07/2015 22:02	210805773
Outros	GAC Litoral Norte AMP-Diagnóstico.Mapas&Quadros.pdf	27/07/2015 11:02	210805773
Protocolo de parceria	Protocolo de parceria DLBC.pdf	22/07/2015 10:17	210805773
Protocolo de parceria	ADENDA AO PROTOCOLO DE PARCERIA.pdf	27/07/2015 13:06	210805773
Outros	Acoes_GAC_Lit_Norte_AMP.v2.pdf	27/07/2015 12:49	210805773
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-059.pdf	27/07/2015 13:17	210805773

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	NIF	502823305
Submetido por	SARA MARGARIDA LOBÃO BERRELHA DOS SANTOS PEREIRA	NIF	210805773
Data de Submissão	10-12-2015		

~~6.12~~
h
h



Território de Intervenção - LITORAL NORTE - AMP

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
MATOSINHOS	União das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira	49486
	União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	29407
PÓVOA DE VARZIM	Estela	2307
	União das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	34266
	União das freguesias de Aguçadoura e Navais	5745
	União das freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso	13987
VILA DO CONDE	Árvore	5196
	Azurara	2305
	Labruge	2806
	Mindelo	3491
	Vila Chã	3094
	Vila do Conde	28636
Total População LITORAL NORTE-AMP		180 726

Handwritten marks and scribbles in the top right corner, including a signature and some illegible characters.

Investimento, Ações e Metas: DLBC Costeira 99-2015-02-059 – Litoral Norte AMP

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização		Indicador de Resultado		Dotação Fundo a Contratar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	
9.6	FSE	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	34	57	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40% 50% 1 250 000,00
							Total FSE 1 250 000,00
	FEDER	8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	3	14	Postos de trabalho criados	4 19 270 000,00
	FEDER	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	4	20	Postos de trabalho criados	6 28 405 000,00
9.10	FEDER	6c a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	75	300	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	30 100 30 000,00
	FEDER	6c b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	113	450	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	40 150 45 000,00
	FEDER		Nº Estratégias	1	1	1 Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado	0,8 1,4 -
							Total FEDER 750 000,00
							Total 2 000 000,00

Investimento, Ações e Metas: DLBC Costeira 99-2015-02-059 – Litoral Norte - AMP

PU	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização		Indicador de Resultado		Dotação Fundo a Contratualizar	
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador		Meta 2018
4	FEAMP	Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e aquicultura				Criação de Postos de Trabalho	21	3 142 513,00
Total							3 142 513,00	

